



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2026 -----

Aos trinta do mês de junho de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

Encontrava-se presente nesta reunião Emília Vieira de Carvalho Gonçalves, técnica superior da autarquia, designada para secretariar a presente reunião. -----

PRESENCAS: -----

Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal: Vítor Fernando de Sousa Costa, Joana Assunção Faria da Cunha Alegre, José Ricardo Brás de Oliveira, Rui Manuel Lebreiro Pereira, Ana Luísa Cerqueira Seca, José Henrique Félix Martins, José Fernando do Rego Cordeiro, Ana Sofia Veloso Gonçalves, Maria Altina Costa Carvalho, José Ferreira da Mota, Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras, Anabela Martins Teixeira Peneda, Sandra Maria Teixeira Rodrigues. -----

A deputada municipal Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Cristiana Sofia da Fonseca Dinis. -----

O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Artur Jorge da Silva Miguel. -----

Encontram-se presentes os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia / União de Freguesias: Joaquim Agostinho Mota Pereira (Junta de Freguesia de Atei), António Manuel Teixeira Rodrigues (Junta de Freguesia do Bilhó), Duarte Carvalho Dinis (União de Freguesias de Campanhó e Paradação), David José Peixoto Gonçalves (União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas), João Carlos Sousa Ferreira Marques (Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto) e Paulo dos Anjos Portilha (Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros). -----



13

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na sua redação atual, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Face à ausência por motivos de ordem pessoal da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos**, a Mesa da Assembleia foi presidida pelo Primeiro Secretário, João Carlos Sousa Ferreira Marques. -----

Pelas dezoito horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **João Carlos Sousa Ferreira Marques**, declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos. Para completar a composição da Mesa da Assembleia, referiu que iria chamar a senhora deputada Anabela Martins Teixeira Peneda que, após concordância dos deputados municipais, tomou lugar como Secretária da Mesa. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **João Carlos Sousa Ferreira Marques**, solicitou a entrega aos grupos municipais de um documento em resposta a uma solicitação por e-mail pelo Partido Socialista sobre as transmissões online da Assembleia Municipal. -----

1- Antes da ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

A deputada municipal **Joana Assunção Faria da Cunha Alegre** usou da palavra para referir que a sua intervenção era um pedido de informação ao senhor Presidente da Câmara sobre o processo da Tapada da Telha. Referiu que andam há anos a falar do loteamento da Tapada da Telha e que até ao momento não se vê qualquer habitação a ser construída, que os estacionamento parecem até jardins imaculados tal é o movimento. Referiu que antes das eleições houve uma hasta pública, sem restrições específicas, que gerou discussão pública, nomeadamente pelo risco de especulação imobiliária, e que posteriormente foram colocados onze lotes à venda destinados a jovens, com uma redução de 30%. Referiu ainda que, mais tarde, não tendo sido vendidos todos os lotes, o município avançou para a venda dos restantes, também com essa redução de 30%. Face ao exposto, colocou as seguintes questões: qual foi o valor total arrecadado até ao momento com a venda destes lotes? Quantos lotes foram efetivamente vendidos? Quantos continuam por vender? Qual é o estado atual de todo este processo? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

68
me

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que o primeiro assunto que a trazia ali poderia ser relativamente polémico mas que se tratava de um acompanhamento que se fez recentemente nas redes sociais relativamente à exploração do rio Tâmega. Colocou as seguintes questões ao senhor Presidente da Câmara: Quais os critérios que estiveram na admissão dos concorrentes ao último concurso? Quais foram os critérios de avaliação e seleção das propostas que foram apresentadas, o programa de procedimento ou se houve caderno de encargos? E se se encontram em consulta pública? Referiu que, atendendo a que se encontra atualmente uma obra de beneficiação daquele espaço e que possivelmente será lançado no próximo ano um novo concurso mais complexo do que o atual, era importante começar por esclarecer já desde agora, uma vez que esse assunto foi debatido nas redes sociais, quais serão os critérios para o novo concurso e reforçar a transparência neste tipo de concursos. -----

A deputada municipal **Ana Luísa Cerqueira Seca** iniciou a sua intervenção referindo que a juventude é um dos pilares de futuro de qualquer concelho e que num território do interior como Mondim de Basto é essencial apostar em políticas que valorizem os jovens, criem oportunidades e reforcem a sua ligação à terra, garantindo melhores condições para estudar, trabalhar e construir o seu futuro no concelho. Referiu que queria começar por destacar a adesão do município à rede nacional do cartão jovem municipal, iniciativa que vai muito além de um simples cartão de descontos, permitindo aos jovens mondinenses integrar o cartão europeu jovem e beneficiar gratuitamente de milhares de vantagens em Portugal e na Europa, promovendo o acesso à cultura, ao turismo, ao desporto e à mobilidade. Destacou igualmente o Programa Mérito e Movimento, que atribui gratuitamente o cartão jovem municipal e um vale de duas noites nas pousadas de juventude aos alunos que concluíam o ensino secundário, medida que valoriza o mérito académico, incentiva os jovens a perseguirem o seu percurso escolar e lhes proporciona novas experiências, premiando o esforço e a sua dedicação. Referiu que não podia deixar de salientar também o apoio ao transporte dos estudantes do ensino superior, salientando que um dos maiores desafios para os jovens dos concelhos do interior é precisamente o custo das deslocações e que para muitas famílias este encargo representa um peso significativo no orçamento e, em alguns casos, condiciona até a escolha do percurso académico. Referiu que, ao assumir parte deste custo, o município contribui para aliviar esse esforço financeiro e promove maior igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior. Referiu ainda



Handwritten signature/initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que queria destacar a realização da festa da juventude e a atribuição de lotes a jovens ou residentes no concelho, medidas que incentivam a participação dos jovens e criam condições para que possam construir o seu futuro em Mondim de Basto. Referiu que este conjunto de medidas representa o investimento na juventude mondinense, valorizando o mérito, promovendo a mobilidade, apoiando o acesso ao ensino e incentivando a fixação dos jovens no concelho. Terminou deixando uma palavra de reconhecimento ao Executivo Municipal por este conjunto de políticas que contribuem para um futuro mais promissor para os jovens de Mondim. -----

O deputado municipal **Vítor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para referir que hoje se podia assinalar mais um momento importante para o desenvolvimento do concelho, estando em fase de conclusão a requalificação da Estrada Municipal 312, obra que representa um investimento próprio do município num valor superior a 1.300.000 euros. Referiu que a melhoria da Estrada Municipal 312 é, antes de mais, um investimento na segurança de quem diariamente ali circula, na qualidade de vida das populações e na valorização dos territórios. Referiu que a conclusão desta obra trará, sem dúvida, uma estrada mais segura, mais confortável e mais moderna, onde neste momento já se podem observar evidentes melhorias nas condições de circulação para os residentes, para as empresas, para os visitantes e para todos aqueles que, por qualquer motivo, ali tenham que circular. Referiu que este investimento demonstra mais uma vez o cumprimento de um compromisso deste Executivo Municipal, neste caso específico com a melhoria das infraestruturas municipais, promovendo uma circulação muito mais rápida e a coesão entre os territórios do concelho. -----

O deputado municipal **Rui Manuel Lebreiro Pereira** usou da palavra para dizer que chegou o verão e com ele a ansiada visita dos familiares emigrantes espalhados por todo o concelho, época de convívio por excelência, mas também de maior mobilidade e dinamismo económico, muito importante para o comércio local. Referiu que ouviu agora mesmo aqui louvar a questão da Estrada Municipal 312 mas que na segunda revisão ao orçamento para 2026 foi inscrito, com uma verba simbólica, o alargamento e a pavimentação da Estrada Municipal 1205, no troço entre Ponte d'Olo e Tejão, precisamente com projeto de vias municipais, e que o próprio documento referia já que alguns desses projetos seriam alvo de financiamento por via de empréstimo bancário. Referiu que isso criou uma expectativa legítima na população, sobretudo tratando-se de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature and initials in blue ink.

uma estrada estreita, perigosa e muito utilizada no verão, tudo o contrário dos louvores que foram feitos agora à melhoria da 312. Referiu que essa expectativa, sem execução, não resolve o problema, que é conhecido, antigo e preocupante, e que por isso, nesta reunião, esperavam encontrar uma proposta concreta de resolução, ainda que fosse por recurso ao aludido financiamento para avançar com a obra. Perante essa ausência, perguntou ao senhor Presidente qual é o plano concreto para a Estrada Municipal 1205, se o projeto está em fase de contratação, de estudo, de concurso, ou se é apenas mais uma inscrição orçamental sem um calendário definido. Referiu que, uma vez que essa obra é prioritária, e por isso se abriu a sua inscrição no orçamento, era necessário ponderar-se quando é que vai começar, com que financiamento e em que fases será executada. Terminou dizendo que, em outras circunstâncias geográficas, já ouviram comunicar intenções de execução de obras para 2028, mas que, uma vez que este projeto de via municipal foi inscrito no orçamento deste ano em fevereiro, se esperava uma resposta concreta e atempada. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para prestar esclarecimentos sobre as questões colocadas. Relativamente às questões colocadas sobre a Tapada da Telha referiu que já há vários anos que não havia no concelho a disponibilidade de atribuição de terrenos para construção. Referiu que, de facto, a Tapada da Telha veio dar uma resposta importante e que, no âmbito da forma como foi definida a atribuição dos lotes, uma parte deles foi em hasta pública porque entendiam que tinham ali a oportunidade de dar um benefício aos jovens, tendo em conta também a possibilidade da fixação no concelho através da habitação, tendo criado um regulamento de atribuição desses mesmos lotes. Referiu que na primeira fase foram a hasta pública os lotes para a generalidade da população, não podendo precisar exatamente quantos ainda não foram vendidos, mas crê que foram vendidos mais de metade. Depois, numa segunda fase, foi aberto o concurso para a atribuição aos jovens não se tendo registado intenção para todos os lotes e, por isso, entendeu-se que se deveria dar uma segunda oportunidade com este benefício aos jovens, tendo aberto um segundo procedimento para atribuir dois lotes. Referiu que era agora intenção a integração de todos os lotes que ainda não foram vendidos num único procedimento que será lançado em breve. Relativamente ao valor total da receita confessou que neste momento não tinha consigo esse valor de cabeça mas que seria fácil depois transmitir qual o valor total dessa receita que foi atribuída. Relativamente à intervenção da senhora deputada Ângela Figueiras confessou que não acompanhou a



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

polémica nas redes sociais mas que, se houve polémica, é porque alguém ficou incompreendido naquilo que foi a decisão. Referiu que o processo não passou por si e que, tanto quanto sabe, o que foi atribuído foi uma licença de ocupação de espaço público de acordo com o que os serviços entenderam ser a decisão, não sendo comparável com a atribuição da exploração de um espaço. Referiu que coisa diferente será depois com a conclusão da obra, em que o município terá um espaço próprio para essa exploração, e aí o procedimento terá que ser outro, não podendo ser uma mera atribuição de uma licença de ocupação do espaço público. Relativamente à intervenção da senhora deputada Ana Seca sobre a atribuição do cartão jovem municipal, referiu que, para além de ser um cartão de descontos, será também uma oportunidade para que os jovens possam usufruir de todas as vantagens do cartão a nível internacional. Referiu que aproveitaram também para criar um programa, assumido pela própria Movijovem como um projeto inovador pelo menos no país, para atribuir aos estudantes que concluíram o secundário a possibilidade de poderem viajar através das Pousadas de Juventude e desta forma conhecer o país. Referiu que conseguiram conciliar estes dois programas e que os jovens Mondinenses ficaram a ganhar. Acrescentou que o Cartão Jovem também era uma missão que já tinha sido manifestada no Conselho Municipal de Juventude e que vai ao encontro da vontade dos jovens. Relativamente à Estrada Municipal 312 referiu que a mesma já está em vias de conclusão, sendo um investimento de 1,3 milhões de euros, e que, até pelo valor que é, obviamente não conseguem realizar investimentos desta natureza todos os anos e em todo o concelho. Acrescentou que em alguns anos conseguem investir mais numas freguesias do que noutras e que espera essa compreensão por parte dos outros presidentes de junta de freguesia, até porque há mais investimentos também nas freguesias além das próprias pavimentações, e que esta se encontrava num estado degradável e daí ter sido necessário ter a capacidade de executar. Referiu que existem mais estradas e que na última revisão identificaram um conjunto alargado mas que, ainda assim, o estado das estradas necessita mais do que aquele valor que colocaram em orçamento. Crê que terá também assumido já que iriam ter que fazer o levantamento dos custos reais de cada uma dessas e perceber, em termos de capacidade de endividamento, qual será a margem que o município terá para executar essas mesmas vias. Deu nota também que o estado das estradas não piorou nestes últimos quatro anos mas que, infelizmente, tiveram pouco investimento na reabilitação das infraestruturas, aumentando a sua degradação vai aumentando. Manifestou que não há financiamento dos



68
L re

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

fundos comunitários para a reabilitação destas infraestruturas, tendo que ser com recursos próprios, capitais próprios, e que caberá sempre ao município conseguir ter as condições para fazer sendo que é sempre difícil definir qual é a prioridade quando, infelizmente, há várias estradas no concelho que necessitam dessa reabilitação. Referiu que identificaram um conjunto delas que entendem que teriam uma prioridade, não querendo dizer que existem outras que também o precisarão, mas que será essa a metodologia e que estão neste momento a fazer o levantamento dos projetos para depois se proceder a um conjunto alargado de intervenções para simplificar o processo. -----

A deputada municipal **Joana Assunção Faria da Cunha Alegre** usou da palavra para dizer que, tendo o município arrecadado ou vindo a arrecadar uma verba relevante com a venda dos lotes da Tapada da Telha, importa perceber qual será o destino desse valor, perguntando se será utilizado para amortizar o financiamento associado ao projeto, se será reinvestido na habitação, ou se ficará simplesmente absorvido pela gestão corrente. Acrescentou que o grupo municipal do Partido Socialista entende que esta receita deve servir também para criar maior equilíbrio territorial no concelho e que a Tapada da Telha criou condições favoráveis para fixar jovens e famílias na sede do concelho, objetivo que é positivo, mas que a pergunta se impõe: porque não criar condições semelhantes noutras freguesias? Estas têm projetos com natureza semelhante que poderiam beneficiar de um apoio desta dimensão e que seria justo permitir que jovens e famílias dessas freguesias pudessem adquirir terreno na sua própria terra, com condições equiparáveis às que foram criadas para quem pretende viver na sede do concelho. Referiu que combater a desertificação não pode ser apenas um discurso. Tem de significar oportunidades concretas também fora da vila e que por isso o Partido Socialista propõe que o executivo avalie a afetação da receita obtida com a Tapada da Telha a apoio a projetos equivalentes noutras freguesias, garantindo igualdade de oportunidades no acesso à habitação e à fixação de população jovem. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que, relativamente à Estrada Municipal 312, sendo que realmente é uma obra que beneficia imensa gente, a sua conclusão deveria, de facto, ter sido mais rápida. Referiu que, independentemente do valor, o benefício foi muito maior do que aquele que poderia não ter sido. Relativamente à questão do rio Tâmega, referiu que continua sem ver a sua questão esclarecida, compreende que o senhor Presidente não estivesse estado no processo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

JP
me

no entanto não consegue perceber quais foram os critérios uma vez que quem estava a trabalhar naquele espaço há 4 anos não teve sequer a oportunidade de concorrer. Referiu que o que também estava expresso nas redes sociais é que tinha tentado contactar várias vezes este município sem sucesso. Acrescentou que é uma coisa que a desagrada bastante o tentar falar com alguém no município e não conseguir pois entende que o conceito de Executivo é estar disponível para as pessoas e que, quando têm dúvidas e as dúvidas passam pelo esclarecimento do município, é muito necessário que efetivamente estejam disponíveis para as ouvir. Relativamente à questão da zona verde e das descargas de poluição no ribeiro da levada de Piscaredo, também comentadas nas redes sociais, e que são particularmente visíveis na entrada do lago e no próprio lago da zona verde, referiu que recentemente se verificou uma descarga, pelo que questionou se o município tem conhecimento destes episódios recorrentes de poluição, que diligências foram tomadas relativamente àquelas descargas e se foram efetuadas análises ou comunicadas estas ocorrências às entidades competentes, designadamente à APA, e se foram identificados os responsáveis por algumas destas descargas. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que, em relação à Estrada Municipal 312, como esta está em fase de conclusão daria aqui o seu reconhecimento como Presidente de Junta na próxima reunião. Referiu que trazia hoje à Assembleia uma preocupação que considera da maior importância para a freguesia: o estado de conservação do jardim-de-infância de Atei. Referiu que em 2015 este edifício foi alvo de uma requalificação significativa, representando um investimento público relevante, para proporcionar melhores condições às crianças, mas que, contudo, qualquer edifício público necessita de manutenção regular, e que infelizmente, ao longo dos últimos anos, essa manutenção não foi sendo assegurada de forma adequada e hoje são evidentes os sinais de degradação que não podem ser ignorados. Referiu que não é apenas o Presidente da Junta da Freguesia que o afirma pois em março de 2023, no âmbito do programa nacional de saúde escolar, a unidade de saúde pública do ACES do Alto Ave realizou uma avaliação ao jardim-de-infância de Atei cujas conclusões são claras: foram identificados problemas no sistema de drenagem das águas pluviais, infiltrações e humidades, paredes e revestimentos degradados, presença de fungos, deficiências na instalação elétrica suscetíveis de causar danos e foi ainda recomendada a realização de um estudo à qualidade do ar interior do edifício. Acrescentou que, mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

67
I.
ne

importante ainda, o relatório conclui pela necessidade de corrigir estas situações e adotar medidas de controlo recomendando intervenções concretas para garantir melhores condições de segurança, salubridade e bem-estar. Entende que, quando uma autoridade de saúde identifica este conjunto de problemas num estabelecimento frequentado diariamente por crianças, não estão perante pequenas questões de manutenção mas perante uma situação que merece prioridade. Referiu que existe ainda uma consequência que o preocupa profundamente. A freguesia de Atei não dispõe de resposta para crianças dos zero aos 3 anos e muitos dos pais são obrigados a recorrer a instituições noutras localidades e que, quando chega o momento de escolher o ensino pré-escolar, visitam o jardim-de-infância de Atei e confrontam-se com o estado das instalações e, naturalmente, muitos optam por manter os seus filhos onde já se encontram. Entende que esta realidade contribui para uma diminuição do número de crianças no jardim-de-infância e coloca em risco a sua sustentabilidade futura e que uma freguesia que perde crianças, perde famílias, perde dinamismo e perde futuro, e que se querem fixar população, apoiar os jovens, casais e combater a desertificação, têm de começar por cuidar dos equipamentos públicos que servem as crianças. Por isso, referiu que gostaria de colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara. Quais das recomendações constantes do relatório da unidade de saúde pública já foram executadas? Quais continuam por executar e por que razão? Existe um calendário concreto para a realização das obras necessárias no jardim-de-infância de Atei? Referiu que não estão a pedir um edifício novo mas apenas que seja preservado um investimento público, já realizado, e que se garanta às crianças de Atei aquilo a que têm direito: um espaço seguro, saudável, digno e devidamente conservado. Terminou com uma convicção muito simples: é sempre mais barato fazer manutenção do que deixar degradar edifícios até ao ponto de ser necessária uma nova reabilitação profunda. Espera sinceramente que quando este assunto voltar a esta Assembleia seja para assistir que o problema foi finalmente resolvido. Referiu ainda que gostaria de abordar uma questão mais simples mas que considera urgente. Todos se recordam que antes das eleições autárquicas de 2025 foi apresentado à população de Atei um projeto do futuro Centro de Vinhos Verdes da Praça e que, posteriormente, a empreitada foi lançada a concurso público mas que até à presente data a obra ainda não teve início. Compreende que os procedimentos administrativos e as empreitadas públicas nem sempre decorrem à velocidade que todos gostariam mas que o problema é que, enquanto a obra não avança, parte dos passeios das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

escadas da praça encontram-se bastante degradados, com lajetas levantadas e desníveis que representam um risco para quem ali circula. Referiu que infelizmente já ocorreram algumas quedas de pessoas naquele local e que esta preocupação se torna ainda maior porque nos dias 17, 18 e 19 de julho irão realizar-se as festas em honra de São Pedro e Nossa Senhora de Fátima, que atraem centenas de pessoas à freguesia. Por isso, dirigiu um apelo ao senhor Presidente da Câmara: enquanto a obra definitiva não avança, será possível que o município envie uma equipa para proceder a uma intervenção provisória, levantando ou recolocando as pedras soltas, eliminando os principais desníveis, de forma a reduzir o risco de acidentes durante as festas? Referiu que não estava a pedir a execução da obra do Centro de Vinhos Verdes mas apenas a solicitar uma pequena intervenção de segurança que proteja quem utiliza diariamente aquele espaço e todos os que nos visitarão durante a festividade. -----

O deputado municipal **José Henrique Félix Martins** usou da palavra para agradecer à deputada Ângela Figueiras porque fez uma introdução ao tópico da Zona Verde que o próprio também trazia, que é uma preocupação que partilha, nomeadamente o Parque Urbano Fernando Pinto Moura. Referiu que queria dar um contexto rápido a esta preocupação. Durante a campanha autárquica, em setembro de 2025, todas as candidaturas realizaram vídeos promocionais e houve um vídeo do PSD que tinha o seguinte título: "Continuar a trabalhar pela valorização do Parque Urbano Fernando Pinto Moura". Referiu que o vídeo, além de falar da requalificação do coreto, da fonte, entre outras melhorias que tinham sido feitas na altura, terminava com o texto na publicação do Facebook: "A dinamização tem de continuar". Perguntou ao senhor Presidente qual é a dinamização que continua e qual o tipo de trabalho que está a ser feito. Referiu que o Parque Urbano Fernando Pinto Moura está agora mais prado do que parque, que a erva está bastante grande, que algumas árvores têm aspeto muito pouco cuidado, que o coreto continua inacessível, que o lago está verde e aparentemente poluído, entre muitos outros detalhes que revelam aparentemente negligência por este espaço que é tão querido de todos os Mondinenses. Referiu que a zona verde é um espaço público relevante, utilizado por famílias, crianças, jovens, idosos e turistas, e que está numa localização excelente e, como tal, é parte da imagem do concelho, pelo que gostaria de saber qual o plano para esta zona.-

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para assumir que, de facto, tem passado pouco tempo nas redes sociais, no Facebook, e que lhe trazem ali assuntos que estão lá discutidos, e que terá que se dedicar um pouco mais a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

6/10
fre

isso. Relativamente à questão da deputada Ângela Figueiras, referiu que quem tem a responsabilidade do licenciamento é a Câmara Municipal e que as licenças que são atribuídas são pedidas ano a ano. Relativamente à importância das infraestruturas do jardim-de-infância levantada pelo senhor Presidente da Junta de Atei, crê que toda a gente concordará que melhores condições em termos do edifício trazem naturalmente melhores condições para as crianças. Acrescentou que comungam todos da mesma importância e preocupação para criarem as melhores condições e a importância também das crianças e dos profissionais terem condições. Referiu que procurou também saber o ponto de situação, mas que neste momento não consegue dar um calendário de execução. Relativamente ao Centro dos Vinhos Verdes referiu que já houve um concurso público que ficou deserto e que, por via também dessa situação, procuraram rever o projeto para poder ter condições de lançar novamente o concurso. Referiu que entretanto surgiram também novas regras por parte do programa Norte 2030, nomeadamente a necessidade do ETF e de um regulamento próprio que está a ser desenvolvido. Acrescentou que, tal como assumiu na última revisão, existe a vontade de lançar ainda este ano o concurso público para esse efeito. Referiu que, quanto às reabilitações que o senhor Presidente da Junta solicitou, só verificando com os serviços a possibilidade de poderem fazer alguma correção e que só vendo depois no local as necessidades exatas e de acordo também com a disponibilidade dos serviços. Em resposta ao senhor deputado Henrique Martins sobre o que foi feito no Parque Urbano Fernando Pinto Moura, deu nota que houve a substituição total do mobiliário urbano no parque e também do parque infantil, foi colocada a tabela de basquete, houve melhoria da iluminação com a aquisição de equipamentos para melhorarem a iluminação do polidesportivo e foram colocadas tabelas nas laterais para beneficiar o espaço e a segurança. Referiu que não abandonaram o parque, têm feito estas intervenções, algumas correções de maior dimensão, e que neste momento a principal intervenção que está a ser necessária é efetivamente no coreto, que neste momento não está disponível e que é importante que se faça. Relativamente às descargas referidas pela senhora deputada, disse que não tinha conhecimento de descargas na Zona Verde e que iria procurar saber junto dos serviços se elas aconteceram. Se aconteceram não deviam ter acontecido porque obviamente que é um espaço também de utilização pública e que qualquer descarga que seja feita, independentemente do local, deve ser alvo também de análise e de investigação. Relativamente à intervenção da senhora deputada Joana Alegre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature in blue ink

deu nota de que o município investiu dinheiro de capitais próprios para a construção do loteamento, não foi totalmente financiado, ou seja, o município abdicou de investir noutras situações para poder ter dinheiro disponível para investir na Tapada da Telha, sendo que o valor arrecadado se conseguissem vender todos os lotes não ia sequer ser o valor equivalente àquilo que foi investido pelo município. Pode sempre dizer-se que o valor da receita podia ser utilizado para outros lotes de outras freguesias mas podia ser usado também para a aquisição de outro autocarro ou podia ser utilizado para outro tipo de investimentos ou para melhorar as estradas. Referiu que é sempre subjetivo o destino dessa receita mas que a verdade, mesmo que todos fossem vendidos, nem sequer suportava aquilo que foi o investimento do município para a construção dos lotes. -----

O deputado municipal **José Henrique Félix Martins** usou da palavra para dizer que grande parte das melhorias de que o senhor Presidente falou são referentes ao mandato anterior e que aquilo a que se referia era à manutenção do espaço, apenas isto, porque se forem agora lá mesmo, na época alta, o espaço está completamente descurado nas coisas mais básicas. Referiu que era apenas isto e que as instalações que foram feitas são de certeza uma mais-valia mas que a seguir têm de se manter. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para se referir às Sete Maravilhas, estranhando que não se tenha, no meio de tantos elogios, feito referência a esta excelente iniciativa deste Executivo. No entanto, não compreende como é que uma oportunidade desta dimensão não foi acompanhada por uma estratégia de comunicação e promoção mais visível, a não ser pelas redes sociais que foi por onde teve mais acesso, e que não existe sinalização no concelho, não existem campanhas de divulgação, não viu iniciativas que envolvam a comunidade ou incentivem os visitantes a conhecer e a valorizar este património. Acresce que o concelho dispõe de uma figura pública com fortes ligações a Mondim e de reconhecida projeção mediática, cuja colaboração poderia contribuir decisivamente para dar maior visibilidade a esta candidatura e colocar uma vez mais o património religioso de Mondim em destaque na região norte e até a nível nacional. Perante esta situação, perguntou porque é que ainda não foi desenvolvida uma estratégia de promoção desta candidatura à altura da importância da distinção alcançada e que ações concretas foram realizadas para divulgar esta nomeação e mobilizar a população e os visitantes. Entende que esta nomeação deveria ter sido encarada como uma oportunidade estratégica para reforçar a imagem do concelho, dinamizar o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

6/2
me

turismo e promover o património que constitui um dos seus maiores ativos identitários. De seguida avançou para uma outra questão que também está ligada a esta candidatura da Senhora da Graça e que sabe que ao senhor Presidente da Câmara lhe diz muito, que são os Caminhos de Santiago e o turismo de peregrinação. Referiu que os caminhos de Santiago têm demonstrado que a valorização dos percursos religiosos e do património associado pode gerar desenvolvimento económico, aumentar a procura turística e projetar internacionalmente os territórios por onde passam. Referiu que o senhor Presidente já manifestou publicamente a sua intenção de promover os caminhos de Fátima, ligando os santuários marianos, tendo como ponto de partida o Santuário da Nossa Senhora da Graça. Trata-se de uma visão estratégica que pode diferenciar Mondim de Basto no panorama do turismo religioso nacional, valorizando os seus maiores ativos patrimoniais e espirituais, da mesma maneira que o projeto das levadas do Alvão é um excelente projeto no âmbito do turismo de natureza. Referiu que perante este contexto lhe causa estranheza que uma nomeação desta importância não tenha sido aproveitada para reforçar essa estratégia e dar maior notoriedade ao concelho. Assim, perguntou se o Executivo considera que foi plenamente aproveitada esta oportunidade para afirmar Mondim de Basto como um destino de referência no turismo religioso. Referiu que esta nomeação deveria ter servido de catalisador para consolidar a estratégia de valorização do património religioso do concelho, reforçando a atratividade turística de Mondim de Basto e preparando o território para outros projetos estruturantes, como os percursos marianos inspirados no sucesso dos caminhos de Santiago. Referiu que é importante criar uma ligação entre uma oportunidade concreta, neste caso que foi a nomeação das Sete Maravilhas, e uma visão estratégica a longo prazo que pode passar pelos Caminhos de Fátima a partir da Senhora da Graça, e que a sua crítica não é apenas à falta de promoção, mas à possível perda de uma oportunidade para consolidar um projeto turístico com potencial para o concelho. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que, dando esclarecimento à questão colocada pela senhora deputada, de facto o município de Mondim de Basto realizou uma candidatura do Santuário da Senhora da Graça às Sete Novas Maravilhas, tendo sido selecionada para uma fase em que foram selecionados três monumentos desta categoria na região Norte. Referiu que, se calhar, aqui nas redes sociais, seria útil assistir àquilo que foi a divulgação, dinamização, tendo em conta o escasso tempo que decorreu depois de terem conhecimento de que teriam sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

63
me

nomeados. Esclareceu que não quiseram fazer a divulgação que tinham feito a candidatura porque, efetivamente como aconteceu noutros concelhos, nem todos, infelizmente, puderam ser selecionados, o que não põe em causa a importância dos patrimónios, e que felizmente Portugal é rico em património e Mondim de Basto também o é. Acrescentou que, entretanto, passaram à fase seguinte e procuraram, naquilo que foi a sua dimensão, quer nos jornais de imprensa, quer também utilizando as novas tecnologias, envolver toda a comunidade e também a comunidade emigrante, e que todos deram o seu contributo para que pudéssemos passar à fase seguinte. Salientou que, depois de passarem à fase seguinte, as votações são suspensas, desconhecendo-se exatamente a data em que elas irão novamente reabrir, sendo que, à partida, será uma semana ou duas antes da fase final. Referiu que aqui a intenção é que haja uma divulgação mais massiva no momento em que as votações já estejam abertas para depois voltarem à redação e à divulgação de conteúdos e apelar ao envolvimento de toda a comunidade. Referiu que todos os patrimónios nacionais mereciam ter esta oportunidade mas que a verdade é que fomos selecionados e, como referiu a senhora deputada, é sempre uma oportunidade também de promover o território, não só o Santuário mas o concelho no seu todo. Independentemente do resultado, acha que o simples facto de já poderem ter tido a oportunidade de divulgar uma vez mais o Santuário foi já um aspeto positivo e foi bonito ver também a união dos Mondinenses em torno desta candidatura. São momentos como estes que são importantes, onde não há política, onde de facto todos estão imbuídos no mesmo propósito, porque o vencedor é o concelho, não é o Presidente da Câmara ou a Câmara Municipal que fez a candidatura. Referiu que o vencedor será sempre o concelho e o território e que, se for desta forma assim apresentado, crê que têm condições para uma vez mais estarem orgulhosos da sua terra, porque estão certamente orgulhosos do seu Santuário. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que, relativamente a esta questão das Sete Maravilhas, o que queria dizer é que poderia ter havido uma animação e uma dinamização maior relativamente a este evento. Referiu que qualquer outro concelho, e sendo a área da promoção da sensibilidade do senhor Presidente, teria aproveitado para ter outdoors com uma figura pública mediática, teria aproveitado colocarem caixas multibanco em tudo e mais alguma coisa. Referiu que, já que é tão debatida a dinamização da zona verde, poderia ter sido colocado um ecrã gigante onde a população se podia encontrar para assistir e parabenizar todos os Mondinenses,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ff.
me

inclusive o Santuário da Senhora da Graça. Referiu que está a falar de iniciativas como estas que unem a população, que não chegam apenas pelas redes sociais. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que não era verdade que o Executivo apenas fez uma promoção online da candidatura às Sete Maravilhas e passou a dar três exemplos: havia cartazes espalhados pelos cafés, nos outdoors tinha lá a imagem do Santuário, e na própria imprensa, não é municipal, imprensa regional, houve também publicidade. Referiu que, portanto, a senhora deputada não pode dizer que houve apenas uma promoção online. Mas que o que importa é que o Santuário da Nossa Senhora da Graça tenha avançado mais uma fase e que, mesmo que não tivesse avançado mais uma fase, acha que é um edifício, é algo que orgulha a todos como concelho. Entende que este nem devia ser um tema político. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que referiu que havia cartazes nos estabelecimentos comerciais, que referiu que houve publicidade nas redes sociais, inclusive nos jornais locais que também estão disponíveis nas redes sociais. Mas discorda quando o senhor deputado diz que não é assunto de natureza política pois considera que é um assunto de natureza política a partir do momento em que estão a promover o território e o desenvolvimento turístico do concelho porque então tudo o que fosse turismo não era debatido em política. -----

1.2- Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

Neste ponto da ordem de trabalhos registou-se a saída do Presidente da Junta da União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas, David José Peixoto Gonçalves. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **João Carlos Sousa Ferreira Marques**, deu nota do e-mail, distribuído no início da sessão, de um pedido de esclarecimento do grupo parlamentar do PS — qualidade das transmissões das sessões da Assembleia Municipal. -----

O deputado municipal **José Henrique Félix Martins** usou da palavra para dizer que iria fazer um breve enquadramento do contexto e também para ficar em ata. Referiu que, a 14 de maio, o grupo parlamentar do PS enviou um e-mail que agora foi distribuído, mas que passou a ler *«Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal. O grupo municipal do Partido Socialista vem manifestar a sua preocupação relativamente à qualidade das transmissões das últimas sessões da Assembleia Municipal. Nas reuniões mais recentes, a transmissão apresentou uma degradação evidente na qualidade de imagem e som. Na última sessão em particular a*



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

visualização através do YouTube tornou-se praticamente impossível, ao ponto de essa gravação não constituir sequer uma fonte útil para o apoio da elaboração da respetiva ata. Tendo em conta que em sessões anteriores as transmissões decorriam com qualidade adequada e cumpriam plenamente a sua função de garantir o acompanhamento público dos trabalhos da Assembleia, agradecemos que nos fosse prestada informação sobre o que mudou do ponto de vista técnico-operacional para que a qualidade das transmissões tenha diminuído de forma tão significativa? Que diligências foram ou estão a ser tomadas para corrigir esta situação? Que garantias existem que este problema não se voltará a repetir nas próximas sessões? A transmissão pública das reuniões constitui instrumento importante da transparência, de acompanhamento democrático e de acesso dos munícipes ao trabalho da Assembleia Municipal. Por esse motivo, entendemos ser necessário assegurar que este serviço volte a funcionar com a qualidade que já se mostrou ser possível. Acrescentou que a 1 de junho, cerca de 15 dias depois, e dado que não tiveram qualquer resposta, enviaram um gentil lembrete com praticamente o mesmo texto, mas continuaram sem resposta. Referiu que hoje, à entrada da Assembleia, foi distribuído o e-mail do Partido Socialista e que receberam também a resposta que agora vão avaliar. Manifestou a sua estranheza por perceber, e ainda bem, que o e-mail de 14 de maio foi imediatamente reencaminhado pelos serviços a 15 de maio, de forma muito eficiente, mas que a resposta foi dada a 18 de junho mas entregue a 30 de junho, pelo que considera que este documento deveria ter sido enviado por e-mail para que todos tivessem a informação atempada, o que não aconteceu. -----

2- Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 25 de abril de 2026-----

Não mais havendo intervenções, o senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **Aprovação da ata da reunião de 25 de abril de 2026 que foi aprovada por maioria dos presentes na sessão.** -----

2.2- Aprovação da ata da reunião de 30 de abril de 2026-----

O deputado municipal **José Henrique Félix Martins** usou da palavra para sugerir que, dado que só receberam a ata no dia anterior, sendo que alguns membros não a receberam, a ata fosse votada na próxima sessão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **João Carlos Sousa Ferreira Marques**, usou da palavra para dizer que a aprovação da ata de 30 de abril ficaria para uma próxima sessão para permitir a todos a análise da mesma. -----

2.3- Aprovação da Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano 2025 -----

Não havendo intervenções, o senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **Aprovação da Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano 2025 que foi aprovada por maioria, com onze votos a favor e nove abstenções.** -----

2.4- Aprovação da 3ª Revisão ao Orçamento de 2026-----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para fazer um breve esclarecimento dizendo que, relativamente a este ponto, há duas alterações essenciais que também estão refletidas no documento. Referiu que uma tem a ver com a afetação de verbas plurianuais do Primeiro Direito para criar condições para lançar já este ano o concurso público para o Edifício Santiago e a outra tem a ver com uma necessidade de uma nova rubrica que não tinham para dar resposta aos contratos a termo que tinham e da necessidade também de haver as devidas indemnizações. -----

O deputado municipal **Rui Manuel Lebreiro Pereira** usou da palavra para dizer que neste tópico faltava um documento essencial à discussão do ponto - as alterações orçamentais da receita. Referiu que deu conta de que faltava tendo comentado o facto com o senhor Vereador Paulo Mota que gentilmente lhe cedeu o documento. Acha que se trata de um lapso, quase de certeza, que poderia ser colmatado no imediato para que pudessem proceder à discussão. Realçou que se tratava da alteração modificativa ao orçamento da receita, que estava no expediente do Executivo e não está no expediente da Assembleia Municipal. Considera que esta é a alteração maior que acontece nesta terceira revisão e que quer acreditar que foi mesmo um lapso e não que este documento não apareceu por outro motivo. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **João Carlos Sousa Ferreira Marques**, usou da palavra para dizer que, enquanto os serviços procediam à reprodução do documento em falta para ser entregue aos senhores deputados municipais, passariam para a discussão do ponto seguinte. -----

Tendo sido entregue os documentos em falta, procedeu-se à discussão do ponto 2.4 da ordem de trabalhos. -----



J. me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal **Rui Manuel Lebreiro Pereira** usou da palavra para dizer que, na última sessão desta Assembleia Municipal, chamou a atenção para um padrão de governação que o preocupa profundamente: o Executivo anuncia, inscreve, reprograma, adia, mas depois demonstra pouca capacidade para executar obra com a eficácia que o concelho precisa. Referiu que hoje, já com documentos de 2026 em cima da mesa, esse padrão não é apenas confirmado, nota-se que é aprofundado, e que portanto estão em junho, a meio do ano, e já vão na terceira revisão orçamental, e que isto só por si é revelador. Referiu que não estão perante ajustamentos normais de gestão corrente, mas perante sucessões de revisões que funcionam como um instrumento de cobertura contabilística da incapacidade de executar o que foi prometido. Referiu que os números dizem muito mais do que a própria revisão. Segundo a própria informação do Executivo, que é aquele último documento que vem sempre no expediente, a taxa de execução da despesa total é de apenas 24%, e que a despesa de capital, que é aquela que deveria traduzir obra no terreno, fica nos 18,7%. Referiu que o plano plurianual de investimento não chega aos 18% de execução, ou seja, menos de 1/5 do investimento previsto está realizado a meio do ano com três revisões orçamentais. Infelizmente, o caso mais grave desta terceira revisão não está nestes números gerais: está numa perda concreta, dramática e, na sua opinião, indesculpável politicamente. Referiu que nesta revisão o município foi forçado a admitir uma perda de 1.484.000 euros de receita do PRR, especificamente ligado ao programa Primeiro Direito relativo às obras do Edifício Santiago. Referiu que também está, como já viram nos documentos que foram entregues, uma consequência direta pois retiram-se 1,3 milhões de euros das grandes opções do plano 2026 em prejuízo da rubrica de habitação social. Daí a importância de verem este número: já não dá para tapar o sol com a peneira, como o senhor Presidente tem feito até agora. Concluiu dizendo que, infelizmente, o que têm nesta terceira revisão do orçamento é o assumir do desperdício de fundos europeus irrepetíveis a 100%, por não execução de uma obra de habitação social que estava inscrita no plano desde 2022 e que este Executivo não conseguiu fazer avançar no prazo estipulado. Perante esta situação, questionou o senhor Presidente sobre qual o ponto de situação real do programa Primeiro Direito, quando vai entregar os documentos solicitados pelo grupo parlamentar do PS e quantas famílias foram efetivamente realojadas desde 2022. -----



180
G. Fre

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que se pode sempre fazer uma análise aos documentos em termos absolutos ou percentuais em função daquilo que também seja mais conveniente mas que, relativamente à execução, vão aguardar até ao final do ano para se poder também fazer essa análise, que é sempre uma análise saudável e que deve ser feita. Referiu que, relativamente à questão que colocou, voltava a afirmar aquilo que disse na última Assembleia, tendo em conta outros programas também de apoio financeiro para a habitação, que ainda não conseguiram saber se haverá ou não alguma penalização ao município. Afirmou que quanto mais rápido conseguirem avançar com este concurso público depois desta alteração, mais depressa terão condições para poder depois recorrer a outros apoios. Referiu que estão cientes também de que conseguindo ainda este ano avançar com o procedimento será vantajoso. Relativamente às razões para a não execução crê que são do conhecimento público. Infelizmente a empresa a quem foi adjudicada o concurso público foi à falência, sendo evidente que todos gostariam de não ter tido este percalço, terem tido a execução a decorrer com normalidade e puderem todos agora ou até ao final do PRR ter a atribuição de casas. Relativamente à estratégia local de habitação, referiu que existem duas modalidades: esta aqui é no fundo assumida pelo município na reabilitação de edifícios ou construção de novos edifícios para disponibilizar, e depois os beneficiários diretos, que esses também têm estado empenhados para conseguir cumprir os prazos que lhes foram apresentados. Referiu que esta é uma realidade nacional, não é só o município de Mondim de Basto que está a ter dificuldade na execução dos seus projetos, com a agravante da empresa ir à falência, no caso concreto, mas que a verdade é que mesmo para os beneficiários diretos a capacidade de resposta do mercado está a ser um pouco deficitária, tendo em conta as necessidades. Referiu que muitas das vezes só têm condições de avançar com a adjudicação ou com o procedimento depois de uma validação por parte do IHRU e que essas validações também demoram o seu tempo. A verdade é que é todo um conjunto de necessidades que se vão prorrogando naquilo que é a capacidade de resposta, que depois acabam também diretamente a afetar o beneficiário direto. Referiu que, neste momento, não consegue precisar quantas casas é que terão sido concluídas mas que existe um número significativo de casas que deverão ficar concluídas já no próximo mês, podendo haver aqui alguma flexibilidade de mais um ou dois meses, para de facto se disponibilizar as casas às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature

peçoas. Terminou dizendo que estavam a tentar perceber de que forma é que poderão ter esse complemento de financiamento para esta intervenção em concreto. -----

O deputado municipal **Rui Manuel Lebreiro Pereira** usou da palavra para agradecer ao senhor Presidente da Câmara o esclarecimento que procurou dar e dizer que era óbvio que todos desejavam que isto corresse muito melhor. Referiu que aquilo que lhe apraz dizer relativamente a isto é que pelo menos fique claro que vão procurar alternativas para conseguirem financiar a obra a 100%, mas que esta oportunidade foi uma oportunidade perdida, e que foi sobejamente questionado aqui sobre tudo isto e a resposta foi sempre uma fuga para a frente. Referiu que acha muito bem que se procurem outras formas de financiamento porque realmente é preciso dar essa resposta mas queria deixar bem claro que se perdeu financiamento europeu a 100% em condições quase irrepetíveis. Acrescentou que houve algum deslumbre (uma palavra que já ouviu aqui dizer várias vezes mas não é sua) porque como era a 100% era tudo muito megalómano e que, por coisas que já viu e que ainda irá falar num outro ponto de discussão, se calhar deram-se passos maiores que a perna e passos mais comedidos podiam ter trazido uma resposta mais pronta. Entende que a questão aqui não é que estão só a perder dinheiro, a questão é que estão a negar a oportunidade de dar uma casa digna às famílias que dela precisam. Terminou dizendo que criticaram tanto o Executivo anterior por falta de ambição na resposta mas o que é facto é que este Executivo, em quase cinco anos, não foi capaz de construir uma única casa pública com fundos do PRR a 100% disponíveis, e que, portanto, infelizmente, as famílias que estavam já referenciadas em 2021 continuam à espera da habitação digna. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que, infelizmente, não houve deslumbre com financiamento a 100% quando o Partido Socialista apresentou a primeira versão da estratégia local de habitação porque se tivessem deslumbrado o financiamento a 100% teriam candidatado bem mais casas que aquelas que candidataram. -----

Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da 3ª Revisão ao Orçamento de 2026 que foi aprovada por maioria, com dez votos a favor e dez abstenções. -----



67. me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

2.5- Aprovação da afetação, para integração no domínio público municipal, da parcela de terreno necessária à execução do Plano de Valorização das Margens do Rio Tâmega e Rio Cabril -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para fazer um breve esclarecimento dizendo que se tratava da aprovação da afetação de integração para domínio público de parte de uma parcela onde será intervencionado o projeto de valorização das margens do rio Tâmega e que a Câmara tem vindo a adquirir os terrenos de acordo com as avaliações e com a disponibilidade também de negociação. Referiu que estão a tentar evitar avançar de forma judicial com a aquisição, o que têm vindo a conseguir. -----

Não havendo intervenções, o senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da afetação, para integração no domínio público municipal, da parcela de terreno necessária à execução do Plano de Valorização das Margens do Rio Tâmega e Rio Cabril que foi aprovada por unanimidade. -----

2.6- Aprovação da alteração ao Regulamento Municipal de Apoio ao Desenvolvimento do Mundo Rural de Mondim de Basto -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para fazer um breve esclarecimento dizendo que tinha sido aprovado pela primeira vez um regulamento de apoio ao mundo rural no mandato anterior mas que se verificou junto dos produtores de que o regulamento mereceria algumas alterações, nomeadamente na simplificação do processo, da acessibilidade aos apoios, mas também no próprio reforço do apoio. Referiu que, no fundo, este regulamento foi para a consulta pública, que apresentaram o resultado da consulta pública, que foi aprovado em reunião de Câmara e que agora vem a esta Assembleia para poder ser votado. -----

Não havendo intervenções, o senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da alteração ao Regulamento Municipal de Apoio ao Desenvolvimento do Mundo Rural de Mondim de Basto que foi aprovada por maioria, com doze votos a favor e oito abstenções. -----

2.7- Aprovação da celebração de um contrato interadministrativo de delegação de competências, para execução de trabalhos na Rua do Forno da Telha, no lugar do Bilhó, no âmbito do programa “Acesso para Todos”, entre o Município de Mondim de Basto e a Junta de Freguesia do Bilhó -----



62
me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo intervenções, o senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da celebração de um contrato interadministrativo de delegação de competências, para execução de trabalhos na Rua do Forno da Telha, no lugar do Bilhó, no âmbito do programa “Acesso para Todos”, entre o Município de Mondim de Basto e a Junta de Freguesia do Bilhó que foi aprovada por unanimidade. -----

2.8- Relatório dos benefícios concedidos aos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto -----

Sobre este ponto da ordem de trabalhos não se registou nenhuma intervenção. -----

2.9- Informação do Executivo -----

O deputado municipal **Rui Manuel Lebreiro Pereira** usou da palavra para referir que queria começar por sublinhar uma preocupação de fundo que, infelizmente, tem marcado de forma recorrente o trabalho nesta Assembleia e o trabalho do próprio Executivo que é a falta de transparência nas informações do Executivo que lhes são entregues e que hoje até está agradavelmente surpreendido nas respostas às questões colocadas pelos eleitos desta Assembleia. Referiu que não fala apenas de diferenças políticas, que são normais em democracia, mas de uma prática repetida de ocultação, respostas vagas, ausência de informação concreta quando são solicitados dados, documentos, esclarecimentos. Referiu que já deu há pouco um exemplo concreto: o grupo municipal do PS solicitou documentação relativa ao Edifício Santiago, no âmbito do programa Primeiro Direito, sem que, até hoje, essa documentação tenha sido disponibilizada. Recordou que, já em outras circunstâncias, se tornou necessário Vereador, Presidente da Assembleia Municipal e empresas visadas recorrerem à justiça para conseguirem ter acesso à informação que é pedida. Salientou que no caso deste Edifício Santiago se está a falar de um processo com muita relevância política, financeira, social, muito sujeito ao escrutínio público, e que, no entanto, a informação não é que chegue tarde ou incompleta, ela simplesmente não chega, e que o mesmo padrão se repete noutras matérias. Referiu que, quando na Assembleia Municipal passada falou de um processo judicial sensível, usou-se retórica meramente política, como se isto pudesse substituir o esclarecimento e a transparência. Referiu que informar não é esconder informação ou comunicar de forma troncada. Informar é permitir que os eleitos e os munícipes percebam o que está em causa a cada matéria que é discutida. Falou que nesta matéria em particular sobre a qual versa, registam o regresso da informação relativa ao chamado processo do cheque do século na secção da informação do Executivo,



LF. Re

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

e daí esta intervenção, mas que lamenta que tenha sido necessário fazer uma intervenção pública na última Assembleia para isto acontecer. Afirmou que lamentava ainda mais, pessoalmente, o retrocesso democrático a que se assistiu com a reprovação de simples recomendações que visavam uma maior transparência e visibilidade do trabalho do próprio Executivo, da Assembleia Municipal e a proteção das crianças no que respeita à exposição em redes sociais. Acrescentou que, ainda no caso do Edifício Santiago, a sucessão de decisões merecia ser explicada com total transparência: decidiu-se pela aquisição do imóvel praticamente pelo dobro do que tinha sido alienado, elaboraram-se projetos, financiamento e houve a adjudicação da obra, houve incumprimento de prazos, obra parada e, consequentemente, a perda de financiamento do PRR que o Executivo nunca quis admitir mas que hoje se consumou nesta terceira revisão do orçamento. Referiu que é também por isso que nesta fase a contratualização de um novo projetista ou de um novo estudo para as fundações, risco sísmico, que custarão 116.000 euros ao município, o deixa perplexo já que diria que essas verificações já deveriam ter sido acauteladas e asseguradas antes de avançar com a obra que vem de 2022. Considera que não é de todo aceitável que se chegue a esta altura sem uma única habitação entregue a uma família e que se descubra que ainda há dúvidas estruturais ou despesas adicionais que deveriam obviamente ter sido evitadas. Considera que ficou demonstrada a falta de planeamento e, pior que isso, a falta de responsabilidade na condução do processo, porque isto não tem nada a ver com a empresa ter falido. Manifestou que gostava de saber o porquê de irem agora fazer estes estudos e gastar 116.000 euros, e por que razão é que os custos desse projeto de 19.950 euros mais IVA aparece nesta informação do Executivo, mas o outro de 74.000 euros mais IVA do projetista não aparece, sendo que eles foram depositados na plataforma base com 15 dias de diferença e em data bastante anterior a esta reunião. Deixou um apelo no sentido de ser preciso devolver à Assembleia Municipal o respeito institucional com informação transparente e dignidade no debate democrático. Referiu que é preciso que o Executivo responda com factos, com documentos e com verdade, e que é preciso que assuma as consequências das opções que toma, sobretudo quando essas opções se traduzem em perda de financiamento, derrapagem de prazos e desconfiança pública dos próprios Mondinenses. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que ficava uma vez mais comprovado de que o Partido Socialista nada tinha a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ver com a aquisição do imóvel e com a solução que encontraram. Referiu que esperava que, quando o edifício estiver pronto e ao serviço da comunidade, se lembrem também de que em nada contribuíram para encontrar a solução. Para terminar manifestou que queria deixar aqui um reparo: um retrocesso democrático não pode ser só quando a decisão democrática é aquela que queremos, porque dizer que houve um retrocesso democrático porque não se votou de acordo com a sua vontade, isso sim é que é um retrocesso democrático, é não aceitar a democracia. Houve uma votação, houve um resultado. O retrocesso democrático é não aceitar o resultado. -----

O deputado municipal **Rui Manuel Lebreiro Pereira** usou da palavra para referir que estava aqui um exemplo cabal do que acabou de exemplificar há pouco. Referiu que falou com ponderação, elegância e aquilo que ouviu foi, desculpem-lhe o termo, verborreia política. Referiu que fez perguntas concretas e que o senhor Presidente não respondeu a nada daquelas inquietações que lhe foram perguntadas, dizendo simplesmente que o PS não contribuiu. Concluiu que sobre a sua questão dos contratos o senhor Presidente disse zero, o que lamentou. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que disse exatamente que até ao momento ainda não conseguiram definir qual é que poderá ser ou não o custo do município e se haverá algum custo do erário público ou se conseguiriam formas de financiamento, e que ainda estão a encontrar essas soluções. Referiu que não houve resposta zero. -----

2.10- Intervenção do público -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 25 de setembro de 2026, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pela Senhora Presidente da Assembleia, Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos, e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----

Eva Anjos

Emília Gonçalves